

Blau Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Blau Farmacêutica S.A.
Cotia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blau Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Blau Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ágio em aquisição de negócios - Individuais e Consolidadas

Conforme descrito nas notas explicativas 8.j, 13 e 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui um montante de R\$ 6.800 mil de ágio na aquisição do controle da Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S., ocorrida em 2013, registrado como investimento nas demonstrações financeiras individuais e como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas, cujo valor recuperável deve ser testado anualmente. A avaliação e a necessidade ou não de registro de perda por redução ao valor recuperável do ágio está suportada por estimativas do valor em uso baseado no plano de negócios e orçamento preparados e aprovados pela Companhia.

Devido aos julgamentos inerentes ao processo de determinação das estimativas de valor em uso da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável, e à complexidade do processo, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia e que pode impactar o valor desse ativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas e aprovadas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e a metodologia utilizada no estudo realizado pela Companhia bem como avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, tais como taxa de desconto, volumes e preços de venda projetados e custos em relação às práticas usuais de mercado e às características do negócio.

Avaliamos a sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia.

Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor em uso.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo do ágio sobre a aquisição de negócios, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas bem como pelas normas internacionais de relatório financeiro, sendo portanto considerada como informação suplementar para ambos os fins, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se as demonstrações do valor adicionado estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos naquele Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre aquele Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se aquele Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Leonardo Augusto Giusti
Contador CRC 1SP203952/O-9

Blau Farmacêutica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Notas	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	9	13.175	10.199	5.163	1.764
Contas a receber de clientes	10	104.111	98.721	101.971	97.453
Estoques	11	119.080	104.440	113.032	96.124
Impostos a recuperar	12	6.955	4.902	6.147	4.027
Outros créditos		3.011	3.760	2.361	3.120
Total do ativo circulante		246.332	222.022	228.674	202.488
Depósitos judiciais		2.373	1.254	2.277	1.254
Empréstimos a receber - partes relacionadas	16	-	1.462	-	1.462
Impostos a recuperar	12	3.373	7.455	3.373	7.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1.953	1.402	1.953	957
Outros créditos		2.778	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		10.477	11.573	7.603	11.128
Investimentos	13	15	10	28.120	24.027
Ativo biológico		306	306	306	306
Imobilizado	14	99.655	72.023	98.630	70.885
Intangível	15	9.296	9.790	1.552	2.138
		109.272	82.129	128.608	97.356
Total do ativo não circulante		119.749	93.702	136.211	108.484
Total do ativo		366.081	315.724	364.885	310.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivos	Notas	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores	17	75.853	45.998	76.004	45.216
Empréstimos e financiamentos	19	102.979	108.198	102.575	105.831
Obrigações fiscais		1.776	1.230	1.703	1.063
Impostos de renda e contribuição social a recolher	18	6.742	6.279	6.742	6.279
Obrigações trabalhistas		13.855	11.518	13.523	11.085
Outras contas a pagar		20.867	7.857	20.448	7.334
Total do passivo circulante		222.072	181.080	220.995	176.808
Empréstimos e financiamentos	19	938	33.707	937	33.234
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	111	-	-	-
Provisões para contingências	20	4.624	3.450	4.617	3.443
Total do passivo não circulante		5.673	37.157	5.554	36.677
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		56.500	56.070	56.500	56.070
Reservas de lucros		76.660	35.631	76.660	35.631
Outros resultados abrangentes		5.176	5.786	5.176	5.786
Total do patrimônio líquido		138.336	97.487	138.336	97.487
Total do passivo		227.745	218.237	226.549	213.485
Total do passivo e patrimônio líquido		366.081	315.724	364.885	310.972

Blau Farmacêutica S.A.**Demonstrações do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	22	617.658	430.933	603.926	424.835
Custo das mercadorias e produtos vendidos	23	<u>(337.224)</u>	<u>(251.566)</u>	<u>(330.895)</u>	<u>(251.588)</u>
Lucro bruto		280.434	179.367	273.031	173.247
Despesas comerciais	24	(47.550)	(35.873)	(42.547)	(29.554)
Despesas administrativas	24	(79.024)	(89.171)	(75.646)	(84.682)
Outras receitas operacionais, líquidas		10.473	13.855	8.839	14.343
Total das despesas operacionais, líquidas		<u>(116.101)</u>	<u>(111.189)</u>	<u>(109.354)</u>	<u>(99.893)</u>
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	14 13	-	-	(430)	(4.903)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		164.333	68.178	163.247	68.451
Receitas financeiras	25	607	13.158	453	12.461
Despesas financeiras	25	<u>(16.453)</u>	<u>(35.392)</u>	<u>(16.125)</u>	<u>(34.968)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(15.846)</u>	<u>(22.234)</u>	<u>(15.672)</u>	<u>(22.507)</u>
Resultado antes dos impostos		148.487	45.944	147.575	45.944
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(45.931)	(14.530)	(45.019)	(14.530)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	572	919	572	919
Imposto de renda e contribuição social		(45.359)	(13.611)	(44.447)	(13.611)
Lucro líquido do exercício		103.128	32.333	103.128	32.333
Resultado básico e diluído por ação ordinária		0,70	0,22	0,70	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	103.128	32.333	103.128	32.333
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste acumulado de conversão em controladas	798	(1.321)	798	(1.321)
Resultado abrangente total	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>
Acionistas controladores	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>
Resultado abrangente total	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>	<u>103.926</u>	<u>31.012</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reservas para investimento	Dividendos Adicional Proposto			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	56.070	3.117	11.465	-	8.536	-	79.188
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.429)	1.429	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.333	32.333
Dividendos intercalares	-	-	(5.400)	-	-	-	(5.400)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.199)	(6.199)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(1.114)	(1.114)
Constituição de reserva legal	-	1.605	-	-	-	(1.605)	-
Constituição de reserva para investimento	-	-	24.844	-	-	(24.844)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(30.677)	30.677	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão em controlada	-	-	-	-	(1.321)	-	(1.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.070	4.722	232	30.677	5.786	-	97.487
Aumento de capital	430	-	-	(430)	-	-	-
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.408)	1.408	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	798	-	798
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	103.128	103.128
Constituição de reservas	-	5.156	-	-	-	(5.156)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(15.359)	(15.359)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(8.337)	(8.337)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.134)	(9.134)
Deliberação dividendos adicionais propostos	-	-	-	(30.247)	-	-	(30.247)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(232)	66.782	-	(66.550)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.500	9.878	-	66.782	5.176	-	138.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	148.487	45.944	147.575	45.944
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	8.912	8.751	8.729	8.509
Baixas no ativo imobilizado e intangível	271	3.036	205	2.686
Encargos financeiros sobre financiamentos	10.366	16.877	10.358	16.864
Variação cambial não realizada em empréstimos e provisão de SWAP/MTM	(2.247)	(5.779)	(1.933)	(5.748)
Variação cambial não realizada em fornecedores e clientes	2.027	259	2.027	259
Equivalência patrimonial	-	-	430	4.903
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	2.198	(272)	3.218	248
(Reversão) provisão para perdas nos estoques, líquidas	(189)	907	686	1.693
Outras (reversões), líquidas	198	960	636	158
Provisão para contingências, líquidas	1.174	(2.749)	1.174	(2.384)
	171.197	67.934	173.105	73.132
(Acréscimo) decréscimo nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes	(7.897)	(12.386)	(8.045)	(17.301)
Estoques	(14.451)	(12.314)	(17.594)	(11.039)
Impostos a recuperar	(9.329)	1.692	(9.184)	2.567
Outros créditos	(2.029)	6.366	759	3.566
Depósitos judiciais	(1.119)	(178)	(1.023)	(178)
Acréscimo (decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	28.137	8.743	29.070	11.629
Obrigações trabalhistas	2.337	1.547	2.438	1.487
Obrigações fiscais	546	505	640	73
Provisão para imposto de renda	-	(410)	-	(410)
Outras contas a pagar	(6.650)	4.989	(6.546)	6.307
Caixa gerado pelas atividades operacionais	160.742	66.488	163.620	69.833
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.110)	(20.809)	(33.198)	(20.809)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	126.632	45.679	130.422	49.024
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições no imobilizado	(36.071)	(14.062)	(36.003)	(14.044)
Pagamento parcela final aquisição em participações	-	-	(15)	-
Adiantamento futuro aumento de capital em investida	-	-	(4.981)	(3.404)
Aquisição de investida - Preserv S.A.	-	(2.274)	-	(2.274)
Adições no intangível	(250)	(513)	(90)	(49)
Investimentos temporários das controladas	(5)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(36.326)	(16.849)	(41.089)	(19.771)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio	(43.418)	(12.712)	(43.418)	(12.712)
Captação de empréstimos e financiamentos	92.265	254.149	91.901	253.546
Recebimento de partes relacionadas	1.462	8.599	1.462	8.599
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(128.016)	(260.623)	(125.558)	(260.507)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(10.356)	(16.767)	(10.321)	(16.765)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(88.063)	(27.354)	(85.934)	(27.839)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.243	1.476	3.399	1.414
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.199	10.044	1.764	350
Efeito de variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	(733)	1.321	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.175	10.199	5.163	1.764
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.243	1.476	3.399	1.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Blau Farmacêutica S.A.**Demonstrações do valor adicionado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas	656.434	465.669	640.650	459.445
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	648.662	461.214	634.930	454.992
Outras (despesas) receitas, líquidas	10.510	5.373	8.445	5.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.738)	(918)	(2.725)	(920)
Insumos adquiridos de terceiros	(341.569)	(263.250)	(331.464)	(258.305)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(271.251)	(200.901)	(264.922)	(201.085)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(70.552)	(62.426)	(66.776)	(57.297)
Ganho (perda) de valores ativos	234	77	234	77
Valor adicionado bruto	314.866	202.419	309.186	201.140
Depreciação, amortização e exaustão	(8.952)	(8.730)	(8.775)	(8.482)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	305.914	193.689	300.411	192.658
Valor adicionado recebido em transferência	10.580	28.049	9.887	22.925
Resultado de participações societárias	(431)	-	(431)	(4.903)
Receitas financeiras	11.010	28.534	10.318	27.828
Outras	-	(485)	-	-
Valor adicionado total a distribuir	316.494	221.738	310.298	215.583
Pessoal	87.121	75.007	82.771	69.466
Remuneração direta	67.328	57.798	63.692	52.257
Benefícios	11.618	8.910	10.904	8.910
FGTS	8.175	8.299	8.175	8.299
Impostos, taxas e contribuições	85.197	35.537	84.218	35.356
Federais	59.483	16.758	58.570	16.578
Estaduais	23.079	18.095	23.013	18.095
Municipais	2.635	684	2.635	683
Remuneração de capitais de terceiros	41.048	81.161	40.181	80.728
Juros	14.267	37.136	14.267	37.136
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	12.589	14.563	11.722	14.130
Aluguéis	14.192	29.462	14.192	29.462
Remuneração de capitais próprios	103.128	30.033	103.128	30.033
Dividendos e juros sobre capital próprio	32.830	11.782	32.830	11.782
Lucro retido (prejuízo) do exercício, incluindo operações descontinuadas	70.298	18.251	70.298	18.251
Valor adicionado total distribuído	316.494	221.738	310.298	215.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Blau Farmacêutica S.A., doravante denominada (“Blau”; “Companhia” ou “Grupo”), é uma indústria farmacêutica de capital nacional, fundada em 1987, e constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de Cotia, estado de São Paulo, que tem por objeto a fabricação, comercialização e exportação de medicamentos com marcas próprias de alta complexidade para as principais áreas terapêuticas do mercado de produtos hospitalares, assim como atua na importação, exportação, comércio e distribuição de insumos farmacêuticos ativos e inativos.

Comercialmente, a atuação da Companhia é dividida em quatro linhas de medicamentos:

- **Biológicos:** Medicamentos produzidos por biossíntese em células vivas, ao contrário dos sintéticos, que são produzidos por síntese química. Os biológicos são uma classe diversa e heterogênea de produtos e compreendem as vacinas, os soros hiperimunes, os hemoderivados, biomedicamentos classificados em:
 - a. Medicamentos obtidos a partir de fluidos biológicos ou tecidos de origem animal;
 - b. Medicamentos obtidos por procedimentos biotecnológicos, anticorpos monoclonais; e
 - c. Medicamentos contendo microorganismos vivos, atenuados ou mortos. Os medicamentos produzidos por biossínteses são indicados para a reposição de proteínas deficientes no organismo, como proteínas, hormônios, anticoagulantes, imunológicos, dentre outros
- **Oncológicos:** produtos farmacêuticos orais e injetáveis de origem diversa, destinados ao tratamento do câncer, que englobam diversas classes terapêuticas e tipos de tratamento, disponibilizando uma ampla linha de medicamentos para pacientes com câncer.
- **Especialidades (ex-oncológicos):** vasta gama de produtos farmacêuticos com plantas dedicadas para tratamento especializado de doenças infecciosas, raras, tratamentos especiais, imunologia, dentre outros. Engloba antibióticos, medicamentos injetáveis, anestésicos, dentre outros com foco no mercado hospitalar.
- **Outros:** Inclui medicamentos de prescrição médica, isentos de prescrição médica (MIP), focados no mercado varejo (*retail*) e não varejo (*non retail*), incluindo ainda uma linha completa de dermocosméticos, reprodução humana, de preservativos e afins.

A produção de seus produtos é substancialmente própria e realizada nas unidades fabris em Cotia, Caucaia do Alto e São Paulo, todas no estado de São Paulo.

A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional (através de varejistas, distribuidores e atacadistas, e instituições de saúde) e internacional (através de suas subsidiárias e exportações para outros países).

Atualmente a Companhia possui nove filiais, sendo sete localizadas no Estado de São Paulo, uma no Paraná e uma no Ceará.

- (i) Unidade I - Prédio 100 - Matriz:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30, Barro Branco, Cotia - SP.
Unidade fabril responsável pela fabricação de biológicos e injetáveis em soluções e pós liófilos. Adicionalmente, encontra-se em construção uma linha para fabricação de matérias-primas biotecnológicas (IFA).
- (ii) Filial 01:**
Localizada na Avenida Mario Isaac Pires, 7.602, Caucaia, Cotia - SP.
Industrialização de medicamentos oncológicos na forma de solução injetável, pó liófilo, comprimidos e capsulas, destinados à atender a divisão farma e hospitalar.
- (iii) Filial 02:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30,5, Barro Branco, Cotia - SP.
Fabricação de medicamentos alopáticos, biológicos e biotecnológico para uso humano na forma de solução injetável, pó liófilo, destinado à atender a divisão farma e hospitalar.
- (iv) Filial 03:**
Localizada à Rua João Bettega, 101, Sala 213, Curitiba - PR.
Escritório de contato para locação de equipamentos e veículos (locação não inclusa na lei do leasing).
- (v) Filial 04:**
Localizado no Estado do Ceará.
Escritório administrativo, exclusivamente para contatos de vendedores e representantes comerciais.
- (vi) Filial 05:**
Localizada a Rodovia Raposo Tavares, 2.833, Km 30,5, Barro Branco, Cotia - SP.
Fabricação matérias-primas para atender as necessidades de consumo na produção de medicamentos para uso humano, incluindo fabricação de especialidades farmacêuticas e controle de qualidade para terceiros; pesquisas, desenvolvimento e inovações em insumos, incluindo matérias primas e medicamentos, biológicos, biofármacos e biotecnológicos.
- (vii) Filial 06:**
Localizada a Rua Thomaz Sepe, 454, Jardim da Glória, Cotia - SP.
Depósito de material de embalagem primária e secundária, preservativos semiacabados, material de retenção de produtos farmacêuticos e correlatos das unidades fabris I e II, equipamentos obsoletos e material de incineração da produção, da expedição e do almoxarifado de materiais de embalagens.
- (viii) Filial 07:**
Localizada a Rua Etiópia 258, Parque São Lourenço, Cotia - SP.
Depósito de material de embalagem primária e secundária, preservativos semiacabados, material de retenção de produtos farmacêuticos e correlatos das unidades fabris I e II, equipamentos obsoletos e material de incineração da produção, da expedição e do almoxarifado de materiais de embalagens.

(ix) Filial 08:

Localizado a Rua Adherbal Stresser, 84, Jardim Arpoador, São Paulo - SP
Fabricação de medicamentos antibióticos na forma de solução injetável, pó liófilo destinado à atender a divisão farma e hospitalar.

2 Relação de entidades controladas

Em linha com sua política de expansão, em agosto de 2011, adquiriu uma distribuidora sediada em Bogotá, Colômbia, que passou a denominar-se Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. e a distribuir, naquele país, os medicamentos produzidos pela Companhia no Brasil. Em janeiro de 2012, adquiriu a Ganden S.A., que passou a ser denominada Blaufarma Uruguay S.A., para lhe auxiliar na distribuição de seu produtos e atendimento de seus clientes naquele país, a qual possui hoje 40 registros sanitários de medicamentos produzidos pela Companhia. A subsidiária integral uruguaia representa também uma importante peça na política de expansão da Companhia para o mercado da América do Sul, sendo ela atualmente o veículo detentor de participação acionária na Blau Farmacêutica Perú S.A.C., Blau Farmacêutica Chile S.p.A. e Blau Farmacêutica Argentina S.A., todas constituídas em 2016.

Empresa	País	Controle 31/12/2017	31/12/2016
Blau Farmacêutica Colombia S.A.S.	Colombia	Direto 100%	100%
Blau Farma Uruguay S.A.	Uruguai	Direto 100%	100%
Preserv S.A.	Brasil	Direto -	100%
Blau Farmacêutica Chile S.p.A.	Chile	Indireto 100%	-
Blau Farmacêutica Peru S.A.C	Peru	Indireto 100%	-
Blau Farmacêutica Argentina S.A.	Argentina	Indireto 100%	-

Blau Farmacêutica Colombia S.A.S.

Subsidiária sediada na cidade de Bogotá na Colombia que tem como objeto social a produção e comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos. A principal atividade da empresa é a importação de produtos da Companhia para distribuição na Colombia e outros países.

Blau Farma Uruguay S.A.

Subsidiária sediada na cidade de Montevideo no Uruguai que tem como objeto social comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos. A principal atividade da empresa é a importação de produtos da Companhia para distribuição no Uruguai e outros países.

Preserv S.A.

A Preserv era uma subsidiária sediada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, que tinha como objeto social a comercialização, importação e exportação de preservativos e produtos correlatos destinados à higiene íntima e pessoal. A Preserv foi incorporada pela Companhia em janeiro de 2017.

Blau Farmacêutica Peru S.A.C.

Subsidiária sediada na cidade de Lima no Peru, controlada diretamente pela Blau Farma Uruguay S.A., tem como objeto social a comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos. A principal atividade da empresa será a importação de produtos da Companhia para distribuição no Peru e outros países. As operações comerciais ainda não se iniciaram.

Blau Farmacêutica Chile S.p.A.

Subsidiária sediada na cidade de Santiago no Chile, controlada diretamente pela Blau Farma Uruguay S.A., tem como objeto social a comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos. A principal atividade da empresa será a importação de produtos da Companhia para distribuição no Chile e outros países. As operações comerciais ainda não se iniciaram.

Blau Farmacêutica Argentina S.A.

Subsidiária sediada na cidade de Buenos Aires na Argentina, controlada diretamente pela Blau Farma Uruguay S.A., tem como objeto social comercialização de medicamentos farmacêuticos para consumo humano e insumos biofármacos. A principal atividade da empresa será a importação de produtos da Companhia para distribuição na Argentina e outros países. As operações comerciais ainda não se iniciaram.

3 Aquisição de controladas

Aquisição de controlada sob controle comum

Com base no seu projeto de expansão para o mercado farma, a Companhia em 11 de novembro de 2016 adquiriu o controle de 100% da Preserv S.A. pelo valor de R\$ 2.274. Considerando que a Preserv era controlada pelos mesmos acionistas da Companhia, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a transação foi realizada pelo acervo líquido contábil com base no balanço levantado em 31 de outubro de 2016, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ativo		Passivo	
Circulante	7.148	Circulante	3.886
Caixa e equivalente de caixa	(12)	Fornecedores	2.982
Contas a receber de clientes	1.414	Empréstimos e financiamentos	401
Estoques	2.721	Obrigações fiscais	37
Outros Créditos	3.025	Obrigações trabalhistas e sociais	101
Não Circulante	345	Contas a pagar	130
Imobilizado	335	Provisões	235
Intangível	10	Não Circulante	1.333
		Empréstimos e financiamentos	1.333
		Total do Passivo	5.219
Total do Ativo	7.493	Acervo líquido adquirido	2.274

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2017 aprovou o Laudo de Avaliação Patrimonial da Preserv S.A. e ratificou a incorporação da controlada pela Companhia, ocorrida em 27 de janeiro de 2017 com data efetiva retroativa a 1º de janeiro de 2017. Como consequência esse investimento deixou de existir a partir daquela data e ativos e passivos passaram a integrar a posição patrimonial e financeira da Companhia.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2018 autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Contas a receber de clientes - provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota 11** - Estoques - provisão para perdas com estoques;
- **Nota 15** - Intangível - amortização e teste de redução ao valor recuperável do ágio - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 20** - Provisão para perda em processos judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 26** - instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- os ativos biológicos mensurados pelo custo de aquisição, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação de não controladores na adquirida; menos

- o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor é negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos da transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- pelo valor justo; ou
- pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(iii) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada são desreconhecidos. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- descontos obtidos;
- despesa de juros;
- despesas com IOF;
- comissões e despesas bancárias;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Moeda estrangeira

(i) ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por pagamentos efetivos durante o exercício e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os ativos e passivos incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é reclassificado para resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma de que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é re-atribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para resultado.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível, são considerados como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e apresentados no patrimônio líquido.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui benefícios de longo prazo a empregados.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Ativos biológicos mensurados pelo custo de aquisição, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição do Grupo para o CPC foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 equivalente ao IAS 23, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, desde que seja provável que a Empresa se beneficiará dos resultados econômicos futuros e também se forem possíveis de serem mensurados com segurança.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e exercícios comparativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10-13 anos
Aeronave e veículos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Instalações em uso	10 anos
Equipamentos de informática	5-6 anos
Outros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Registros sanitários	4 anos

k. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecidos de caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Capital social*

Ações ordinárias

O capital social da Companhia é composto por 100% de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo. Adicionalmente, o Estatuto prevê a declaração e distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria. Tais dividendos intermediários e/ou intercalares são reconhecidos como passivo quando deliberados.

Os dividendos adicionais, propostos pela Diretoria, não são reconhecidos como passivo até a efetiva ratificação em Assembleia, conforme previsto pela Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto da Companhia.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio pagos ou creditados são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação.

I. *Redução ao valor recuperável*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques, ativos biológicos e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

m. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia e suas controladas sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Informações por segmento

A Administração definiu que a Companhia apresenta um único segmento operacional, o segmento hospitalar. As operações estão significativamente concentradas no Brasil e distribuídas em quatro linhas de medicamentos (Biológicos, Oncológicos, Especialidades e Outros) e em dois grupos de clientes (público e privado).

p. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não se espera que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - CPC 48

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com os CPCs.

A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 8, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 38, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. No entanto, com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos terão um impacto significativo na contabilização.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Grupo não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar do Grupo não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Com base na sua avaliação bem como nas operações de arrendamento existentes, a Companhia não considera que os novos requerimentos terão um impacto significativo na contabilização.

IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - CPC 47

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Venda de produtos

Para vendas, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Administração com os produtos.

A avaliação da Companhia não indica que a adoção do CPC 47 resultará em custos adicionais que podem ser reconhecidos ao longo do tempo, pois não há transações de contratos de produção sob encomenda, que o cliente controle todo o trabalho em andamento à medida que os produtos estão sendo fabricados.

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, o Grupo não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26/ IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia apresentou uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa Equivalente em Dólar Americano	9	-	6	-
Caixa Equivalente em Euro	25	3	25	3
Caixa em Real	4	154	4	3
	38	157	35	6
Banco conta movimento	9.125	7.624	5.128	1.758
Aplicações financeiras	4.012	2.418	-	-
	13.137	10.042	5.128	1.758
Total Caixa e equivalentes de caixa	13.175	10.199	5.163	1.764

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A controlada Blau Farmacêutica Colômbia SAS possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, cuja taxa média em 2017 é de 2,36% a.a. (2,5% a.a. em 2016).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e variação cambial é divulgada na nota explicativa nº 26.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
No país	94.947	91.709	94.947	90.169
No exterior	11.485	10.150	3.343	2.657
Partes relacionadas (nota 16)	3.160	1.395	9.151	7.899
Subtotal	109.592	103.254	107.441	100.725
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(5.481)	(4.533)	(5.470)	(3.272)
	104.111	98.721	101.971	97.453

Idade dos saldos de contas a receber de clientes

	Consolidado					
	Privado		Público		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A vencer	54.966	43.145	27.790	23.530	82.756	66.675
Vencidas	10.345	12.445	17.500	24.134	27.845	36.579
De 1 a 30 dias	2.509	3.848	5.572	11.999	8.081	15.847
De 31 a 60 dias	670	980	1.090	1.056	1.760	2.036
De 61 a 180 dias	2.442	2.815	5.386	7.295	7.828	10.110
Acima de 181 dias	4.724	4.802	5.452	3.784	10.176	8.586
Subtotal	65.311	55.590	45.290	47.664	110.601	103.254
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(4.434)	(4.533)	(2.056)	-	(6.490)	(4.533)
Total	60.877	51.057	43.234	47.664	104.111	98.721
	Controladora					
	Privado		Público		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
A vencer	51.806	44.158	27.790	23.530	79.596	67.688
Vencidas	10.345	8.903	17.500	24.134	27.845	33.037
De 1 a 30 dias	2.509	2.538	5.572	11.999	8.081	14.537
De 31 a 60 dias	670	980	1.090	1.056	1.760	2.036
De 61 a 180 dias	2.442	1.750	5.386	7.295	7.828	9.045
Acima de 181 dias	4.724	3.635	5.452	3.784	10.176	7.419
Subtotal	62.151	53.061	45.290	47.664	107.441	100.725
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(3.414)	(3.272)	(2.056)	-	(5.470)	(3.272)
Total	58.737	49.789	43.234	47.664	101.971	97.453

A Companhia possui como procedimento para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos de clientes privados, com exceção das partes relacionadas, as quais já ingressaram para cobrança na esfera administrativa. Recebíveis de órgãos públicos não possuem histórico de perda por não recebimento de títulos em atrasos, dessa forma, está sendo considerado a regra fiscal para provisionamento. Atualmente 35% do saldo a receber com clientes privados é dado em garantia dos empréstimos e financiamentos bancários, apresentados na nota explicativa nº 19.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial da provisão	(4.533)	(4.805)	(3.272)	(3.024)
Constituição	(2.757)	(1.381)	(2.744)	(1.196)
Reversão	800	1.653	546	948
Saldo final da provisão	(6.490)	(4.533)	(5.470)	(3.272)

11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	28.493	30.606	28.493	24.295
Produtos de revenda	5.969	681	-	-
Produtos semi-acabados	23.796	18.949	23.796	17.707
Produtos em elaboração	472	94	472	94
Matérias-primas	40.989	32.324	40.989	32.324
Materiais de embalagem	16.993	19.465	16.993	19.385
Materiais em poder de terceiros	86	83	86	83
Importação em andamento	1.148	418	1.069	418
Adiantamento para importação	590	1.571	590	1.569
Materiais auxiliares produção	544	249	544	249
	119.080	104.440	113.032	96.124

Em 2017, a provisão para desvalorização dos estoques, para trazê-los aos seus valores realizáveis líquidos, totalizou R\$ 6.432 na controladora e R\$ 6.536 no consolidado (R\$ 6.818 na controladora e R\$ 7.797 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

A provisão para desvalorização é calculada considerando a data de vencimento dos produtos e leva em consideração também a expectativa de comercialização futura dos produtos. Produtos com datas de vencimento expiradas são integralmente provisionados, assim como também os com datas de vencimento em até 180 dias, independentemente da expectativa ou não de vendas.

Movimentação da provisão para desvalorização dos estoques:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(7.797)	(6.890)	(6.818)	(5.124)
Constituição	(6.125)	(3.667)	(6.164)	(4.745)
Baixa	5.907	-	5.071	652
Reversão	1.479	2.760	1.479	2.399
Saldo final	(6.536)	(7.797)	(6.432)	(6.818)

A movimentação da provisão para desvalorização dos estoques está reconhecida em custos das mercadorias e produtos vendidos no resultado.

Em 2017 a Companhia realizou a incineração de materiais obsoletos no valor de R\$ 1.989 e ajustes de inventário de R\$ 3.082 no decorrer do exercício.

12 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<i>Circulante</i>				
ICMS	317	1.506	317	1.241
IPI	90	212	90	204
PIS	331	276	331	276
COFINS	1.523	1.363	1.523	1.363
IR/CSLL	3.862	-	3.862	-
Outros	832	597	24	20
Impostos retidos	-	948	-	923
Total circulante	6.955	4.902	6.147	4.027

	Consolidado		Controladora	
<i>Não circulante</i>				
CIAP	723	551	723	551
PIS	555	1.300	555	1.300
COFINS	2.095	5.604	2.095	5.604
	3.373	7.455	3.373	7.455
Total não circulante	3.373	7.455	3.373	7.455
Total	10.328	12.357	9.520	11.482

Em 2016 a Companhia contratou uma empresa especializada para levantamento e reconhecimento de valores referente a créditos tributários decorrentes de débitos e créditos escriturais não apropriados tempestivamente. Este trabalho se deu por revisão de todo processo de apuração dos tributos indiretos e também consistência das informações registradas na escrita fiscal e contábil abrangendo o período de Janeiro de 2012 a Agosto de 2016, trimestralmente os saldos são avaliados e atualizados.

Os montantes de créditos reconhecidos na conta de impostos a recuperar em contra partida de outras receitas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

ICMS	2.625
PIS	1.158
COFINS	5.366
Total	9.149

Estes créditos já foram compensados no próprio exercício de 2016, sendo IRPJ/CSLL compensados com PIS e COFINS. O Crédito extemporâneo de ICMS foi utilizado para compensar o próprio saldo a pagar.

13 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Participação Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S	-	-	16.181	14.327
Ágio com investimento Blau Colômbia S.A.S (i)	-	-	6.800	6.800
Total investimento Blau Colômbia S.A.S	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>22.981</u>	<u>21.127</u>
Participação Blaufarma Uruguay S.A	-	-	(467)	1.443
Ágio com investimento Blaufarma Uruguay S.A. (i)	-	-	271	271
Adiantamento futuro aumento de capital (ii)	-	-	5.320	339
Total investimento Blaufarma Uruguay S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.124</u>	<u>2.053</u>
Participação Preserv S.A.	-	-	-	847
Total investimento Preserv S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>847</u>
Outros investimentos	15	10	15	-
Total Investimento	<u>15</u>	<u>10</u>	<u>28.120</u>	<u>24.027</u>

- (i) Para fins de consolidação os valores de ágio das investidas Blau Colômbia R\$ 6.800 e da Blau Uruguay R\$ 271 foram reclassificados para o intangível, vide nota explicativa nº 15.
- (ii) Remessa de capital a título de AFAC em 2016 no montante de USD 100 mil, equivalentes a R\$ 339, e em 2017 no montante equivalente de USD 1.540 mil, equivalentes a R\$ 4.981.

Movimentação dos investimentos:

	Blau	Blau		Outras	
	Colômbia	Uruguay	Preserv	Participações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	17.841	(4.414)	-	-	13.427
Equivalência patrimonial	(1.070)	(1.948)	(1.427)	-	(4.445)
Lucro não realizado	(458)	-	-	-	(458)
Total de equivalência patrimonial líquida	(1.528)	(1.948)	(1.427)	-	(4.903)
Realização AFAC (i)	-	6.984	-	-	6.984
Ajuste de conversão	(2.142)	821	-	-	(1.321)
Reflexo IR/CS Diferido	156	-	-	-	156
Aquisição de participação Preserv S.A	-	-	2.274	-	2.274
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.327	1.443	847	-	16.617
Equivalência patrimonial	653	(2.238)	-	-	(1.585)
Lucro não realizado	1.358	(203)	-	-	1.155
Total de equivalência patrimonial líquida	2.011	(2.441)	-	-	(430)
Ajuste de conversão	336	462	-	-	798
Aquisição de participação	-	-	-	15	15
Lucro realizado	(493)	69	-	-	(424)
Baixa investimento por incorporação	-	-	(847)	-	(847)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.181	(467)	-	15	15.729

(i) A Blau Farma Uruguay em 30 de setembro 2016, realizou aumento de capital em \$U 63.912.957, equivalentes a R\$ 6.984 com o adiantamento para futuro aumento de capital efetuados pela Blau de 2013 até o final de setembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

AFACs efetuados	Valor
2013	152
2014	1.151
2015	2.584
2016	<u>3.097</u>
	<u><u>6.984</u></u>

Em atendimento ao CPC 45 e IFRS 12 divulgação de participação em outras sociedades, a Companhia demonstra no quadro a seguir o resumo das informações financeiras da Blau Colombia, Blau Uruguay e Preserv em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017		2016		
	Blau Colômbia	Blaufarma Uruguay	Blau Colômbia	Blaufarma Uruguay	Preserv
Ativo circulante	20.334	3.342	19.971	3.078	3.920
Ativo não circulante	761	3.714	1.141	891	141
Total do ativo	21.095	7.056	21.112	3.969	4.061
Passivo circulante	4.633	2.524	5.752	1.845	3.122
Passivo não circulante	158	-	45	343	92
Patrimônio líquido	16.304	4.532	15.315	1.781	847
Total Passivo + Patrimônio líquido	21.095	7.056	21.112	3.969	4.061
Receita líquida	20.447	3.846	18.411	2.498	1.188
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	653	(2.316)	(1.070)	(1.948)	(551)

14 Imobilizado

	Consolidado									
	2015	Aquisição de controlada (a)	Adição	Transf	Baixa	2016	Adição	Transf.	Baixa	2017
Custo										
Terrenos	500	-	-	-	-	500	8.315	-	-	8.815
Edificações	1.873	-	8	30	-	1.911	9.482	10.144	-	21.537
Máquinas e equipamentos	52.460	234	6.597	277	(46)	59.522	3.442	1.386	(43)	64.307
Veículos	2.132	-	9	-	(89)	2.052	1.508	-	(321)	3.239
Moveis e utensílios	5.489	67	200	2	(72)	5.686	260	-	(159)	5.787
Instalações em uso	6.996	9	176	283	(132)	7.332	51	1.321	-	8.704
Equipamentos de informática	2.590	54	497	114	(41)	3.214	490	-	(35)	3.669
Imobilizado em andamentos	24.313	-	5.852	(5.186)	(236)	24.743	13.775	(4.372)	(549)	33.597
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.012	180	35	4.480	(180)	8.527	-	(8.479)	(4)	44
Adiantamento bens entrega futura	3.994	-	688	-	(2.506)	2.176	5.404	-	(6.656)	924
Total custo	104.359	544	14.062	-	(3.302)	115.663	42.727	-	(7.767)	150.623

	Consolidado									
Depreciação										
Edificações	(102)	-	(80)	-	-	(182)	(385)	(409)	-	(976)
Máquinas e equipamentos	(22.534)	(132)	(5.967)	-	71	(28.562)	(6.345)	-	42	(34.865)
Veículos	(1.959)	-	(303)	-	86	(2.176)	(306)	-	442	(2.040)
Moveis e utensílios	(4.059)	(43)	(515)	-	83	(4.534)	(237)	-	138	(4.633)
Instalações em uso	(4.957)	(5)	(711)	-	11	(5.662)	(315)	(45)	184	(5.838)
Equipamentos de informática	(2.078)	(29)	(266)	-	27	(2.346)	(305)	-	35	(2.616)
Benfeitorias em imóveis	-	-	(178)	-	-	(178)	(276)	454	-	-
Total depreciação acumulada	<u>(35.689)</u>	<u>(209)</u>	<u>(8.020)</u>	<u>-</u>	<u>278</u>	<u>(43.640)</u>	<u>(8.168)</u>	<u>-</u>	<u>840</u>	<u>(50.968)</u>
Saldo líquido	<u><u>68.670</u></u>	<u><u>335</u></u>	<u><u>6.042</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(3.024)</u></u>	<u><u>72.023</u></u>	<u><u>34.559</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(6.927)</u></u>	<u><u>99.655</u></u>

(a) Posição do saldo final e da movimentação dos bens da Preserv da data de aquisição em 11 de novembro a posição final em dezembro de 2016.

Controladora										
	2015	Adição	Transf	Baixa	2016	Adição	Transf.	Baixa	2017	
Custo										
Terrenos	500	-	-	-	500	8.315	-	-	8.815	
Edificações	1.873	8	30	-	1.911	9.482	10.144	-	21.537	
Máquinas e equipamentos	53.392	6.595	277	(7)	60.257	3.442	1.386	(14)	65.071	
Veículos	1.772	9	-	(37)	1.744	1.508	-	(263)	2.989	
Moveis e utensílios	4.329	197	2	(8)	4.520	245	-	(35)	4.730	
Instalações em uso	6.939	167	283	-	7.389	51	1.321	-	8.761	
Equipamentos de informática	2.451	493	114	-	3.058	437	-	-	3.495	
Imobilizado em andamentos	23.500	5.852	(5.186)	(236)	23.930	13.775	(4.372)	(308)	33.025	
Benfeitorias em imóveis	3.968	35	4.480	-	8.483	-	(8.479)	(4)	-	
Adiantamento bens entrega futura	4.003	688	-	(2.506)	2.185	5.404	-	(6.656)	933	
Total custo	<u>102.727</u>	<u>-</u>	<u>14.044</u>	<u>-</u>	<u>(2.794)</u>	<u>113.977</u>	<u>42.659</u>	<u>-</u>	<u>(7.280)</u>	<u>149.356</u>

Controladora									
	2015	Adição	Transf	Baixa	2016	Adição	Transf.	Baixa	2017
Depreciação									
Edificações	(102)	(80)	-	-	(182)	(369)	(409)	-	(960)
Máquinas e equipamentos	(22.798)	(5.946)	-	22	(28.722)	(6.332)	-	16	(35.038)
Veículos	(1.662)	(203)	-	79	(1.786)	(260)	-	384	(1.662)
Moveis e utensílios	(3.835)	(475)	-	8	(4.302)	(233)	-	19	(4.516)
Instalações em uso	(5.027)	(696)	-	-	(5.723)	(315)	(45)	-	(6.083)
Equipamentos de informática	(1.971)	(228)	-	-	(2.199)	(268)	-	-	(2.467)
Benfeitorias em imóveis	-	(178)	-	-	(178)	(276)	454	-	-
Total depreciação acumulada	<u>(35.395)</u>	<u>(7.806)</u>	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>(43.092)</u>	<u>(8.053)</u>	<u>-</u>	<u>419</u>	<u>(50.726)</u>
Saldo líquido	<u>67.332</u>	<u>6.238</u>	<u>-</u>	<u>(2.685)</u>	<u>70.885</u>	<u>34.606</u>	<u>-</u>	<u>(6.861)</u>	<u>98.630</u>

O Imobilizado em andamento totaliza R\$ 33.025, sendo que R\$ 15.730 refere-se a construção de um novo galpão para armazenagem de estoques. A Companhia espera concluir a obra no segundo semestre de 2018. Os demais projetos em andamento referem-se substancialmente a R\$ 5.600 para a fábrica de insumos (Prédio 400), R\$ 1.940 em melhorias na planta da Blau São Paulo, R\$ 2.864 em melhorias na Matriz, R\$ 3.410 em instalações, R\$ 1.974 em máquinas e equipamentos a instalar e R\$ 1.507 vários outros projetos.

15 Intangível

		Consolidado							
		Proveniente da aquisição de							
		2015	Controlada	Adição	Baixa	2016	Adição	Baixa	2017
Custo									
Softwares		3.801	6	49	(12)	3.844	213	-	4.057
Marcas		899	4	62	-	965	31	(1)	995
Registros sanitarios		272	-	402	-	674	6	-	680
Ágio (i)		7.071	-	-	-	7.071	-	-	7.071
Total custo		12.043	10	513	(12)	12.554	250	(1)	12.803
Amortização									
Softwares	25%	(1.893)	-	(692)	-	(2.585)	(677)	-	(3.262)
Marcas		-	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Registros sanitarios	25%	(140)	-	(39)	-	(179)	(57)	-	(236)
Total amortização acumulada		(2.033)	-	(731)	-	(2.764)	(743)	-	(3.507)
Saldo líquido		10.010	10	(218)	-	9.790	(493)	(1)	9.296

Controladora								
		2015	Adição	Baixa	2016	Adição	Baixa	2017
Custo								
Softwares		3.791	49	(1)	3.839	90		3.929
Marca		<u>877</u>	-	-	<u>877</u>	-		<u>877</u>
Total custo		<u>4.668</u>	<u>49</u>	<u>(1)</u>	<u>4.716</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>4.806</u>
Amortização								
Softwares	25%	(1.875)	(703)	-	(2.578)	(676)	-	(3.254)
Total amortização acumulada		<u>(1.875)</u>	<u>(703)</u>	<u>-</u>	<u>(2.578)</u>	<u>(676)</u>	<u>-</u>	<u>(3.254)</u>
Saldo líquido		<u>2.793</u>	<u>(654)</u>	<u>(1)</u>	<u>2.138</u>	<u>(586)</u>	<u>-</u>	<u>1.552</u>

(i) O ágio é decorrente das aquisições das investidas Blau Colômbia no valor de R\$ 6.800 e da Blau Uruguay no valor de R\$ 271, que no consolidado está sendo demonstrado no intangível como determina a norma contábil.

Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado através de uma estimativa de cada Unidade Geradora de Caixa (“UCG”), representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis registrados na controlada que gerou o ágio.

O processo de determinação da recuperação da UCG baseado no Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Os principais pressupostos utilizados na determinação dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente das operações são conforme segue:

Venda de produtos 2017	Considerada a base de venda líquida de impostos e devoluções
Linha hospitalar	Crescimento de 9% a.a.
Linha oncologia	Crescimento de 10% a.a.
Linha biológica	Crescimento de 14% a.a.
Suturas	Crescimento de 9% a.a.
Despesas operacionais 2016	
Fixas	Crescimento linear de 6% a.a.
Variáveis	Proporcional à Receita Líquida com base em 31/12/17
FCD - Custo financeiro 2017	11.7% a.a. capitalizado

O prazo de estudo contemplou 10 anos, uma vez que a administração entende ser adequada a utilização desse prazo (ao invés de 5 anos) pois existe uma reestruturação operacional da subsidiária na Colômbia em andamento, e as operações passarão de apenas distribuição para industrialização e distribuição. Durante o ano de 2018, a subsidiária Blau Colômbia, pretende iniciar a construção de uma unidade fabril na Colômbia. Existe em curso tratativa para a aquisição de terreno em zona franca na região da grande Bogotá.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou se havia qualquer indicação de que seus ativos ao final de suas vidas úteis talvez estivessem danificados ou desvalorizados, e concluiu que não há nenhuma indicação de imparidade.

16 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final é o Sr. Marcelo Hahn, quem detem a totalidade das ações da Companhia. Em 28 de agosto de 2017 o acionista Marcelo Rodolfo Hahn adquiriu a quantidade de 1.850.000 ações da acionista Joyce Marrie Hahn, passando portanto a deter 100% do controle da Companhia.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários e benefícios diretos, tais como assistência médica, odontológica e alimentação. A Companhia não fornece benefícios não caixa a diretores, tampouco contribui para um plano de benefício definido pós-emprego. Não há políticas de opção de compra de ações da Companhia.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prolabore da Diretoria	3.884	2.057
Honorários dos conselheiros	639	421
	<u>4.523</u>	<u>2.478</u>

c. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são devidamente formalizadas através de contrato ou outro instrumento equivalente, como por exemplo pedido de compra quando se trata de transação comercial, e consideram os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado estão a seguir apresentados:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Circulante				
Clientes (Nota 10)				
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	3.077	664	3.077	664
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	83	731	83	731
Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. (c)	-	-	4.037	5.079
Blaufarma Uruguay S.A. (d)	-	-	1.954	1.425
Total de clientes	3.160	1.395	9.151	7.899
Total do ativo circulante	3.160	1.395	9.151	7.899
Não circulante				
Empréstimos a receber				
Acionistas (e)	-	1.462	-	1.462
Investimentos (Nota 13)				
AFAC Blaufarma Uruguay S.A.	-	-	5.320	339
Total do ativo não circulante	-	1.462	5.320	1.801
Total do ativo	3.160	2.857	14.471	9.700
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda.	-	104	-	104
Total Fornecedores (Nota 17)	-	104	-	104

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Outras contas a pagar				
F-11 Segurança Privada Ltda. (h)	279	229	279	229
Dividendos a pagar	19.659	1.003	19.659	1.003
Total outras contas a pagar	19.938	1.232	19.938	1.232

Resultado - receitas (nota 22) e custos (nota 23)

	Consolidado			
	2017		2016	
	Receita	Custo	Receita	Custo
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	19.566	(11.840)	17.725	(12.953)
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	1.167	(696)	2.202	(899)
Total resultado com partes relacionadas	20.733	(12.536)	19.927	(13.852)

	Controladora			
	2017		2016	
	Receita	Custo	Receita	Custo
Kollimed Com. Mat. Hospitalares Ltda. (a)	19.566	(11.840)	17.726	(12.953)
The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda. (b)	1.167	(696)	2.202	(899)
Blau Farmacêutica Colômbia S.A.S. (c)	8.149	(6.996)	13.291	(9.816)
Blaufarma Uruguay S.A. (d)	2.412	(2.424)	1.894	(1.660)
Preserv S.A. (e)	-	-	814	(547)
Total resultado com partes relacionadas	31.294	(21.956)	35.927	(25.875)

Resultado - outras operações

	Controladora	
	2017	2016
Hahn Participações (f)	(12.018)	(26.974)
Giannetto e Faccio Advogados Associados (g)	-	(471)
Alban Consultoria Empresarial Ltda.	-	(88)
F - 11 Segurança Privada Ltda. (h)	(3.768)	(1.089)
Total despesas com partes relacionadas	(15.786)	(28.622)

- (a) A Kolimed Com. Mat. Hospitalares Ltda tem como sua principal atividade a Distribuição de Medicamentos, os valores faturados para Kolimed são oriundos de vendas de medicamentos em condições normais de mercado. A margem de vendas usada para partes relacionadas é de 15% e o prazo médio de pagamento é de 40 dias.
- (b) A The Package Store Imp. Com. Distr. Emb. Ltda tem como principal atividade a venda de embalagens de vidros para a indústria farmacêutica, os valores faturados para The Package são oriundos de embalagens de vidro compradas pela Companhia de fornecedores no exterior e revendidas para The Package em condições normais de mercado. A margem de vendas usada para partes relacionadas é de 15% e o prazo médio de pagamento é de 40 dias.
- (c) Refere-se às operações de exportação de medicamentos fabricados pela Companhia, que são revendidos pela subsidiária no território Colombiano. As transações são efetuadas em dólares norte-americano, e o prazo médio de pagamento é de 90 dias.
- (d) Refere-se às operações de exportação de medicamentos fabricados pela Companhia, que são revendidos pela subsidiária no território Uruguaio. As transações são efetuadas em dólares norte-americano, e o prazo médio de pagamento é de 180 dias.
- (e) Os empréstimos a receber com os acionistas não possuem prazo de validade, atualização monetária ou termos de garantia. Os valores a receber são liquidados anualmente mediante abatimento de dividendos devidos aos acionistas, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 (e) . O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2016 foi totalmente liquidado em setembro de 2017.
- (f) A Companhia alugava imóveis da relacionada Hahn Participações Eireli, conforme contrato assinado em junho de 2013 com validade para 5 anos. O contrato não possuía cláusulas de garantia. O valor do aluguel era atualizado anualmente por índices inflacionários, e os pagamentos efetuados mensais. O contrato previa carência de 36 meses para cancelamento, estando sujeito portanto a multa por rescisão antecipada. A despesa de aluguel totalizou R\$ 12.018 no exercício de 31 de dezembro de 2017 (R\$ 26.974 em 31 de dezembro de 2016). Em 30 de junho de 2017 o contrato de aluguel foi extinto e na mesma data foi celebrado compromisso de compra e venda entre a Companhia e a Hahn Participações para a compra dos imóveis, pelo valor total de R\$ 17.927. De acordo com o contrato, o valor acordado foi integralmente liquidado em dezembro de 2017.
- (g) A Companhia tem contrato de prestação de serviço de segurança que iniciou-se no segundo semestre de 2016 com a empresa relacionada F-11 Seguranças Privada Ltda., a qual o Sr. Marcelo Hahn tem participação de 89% e o Diretor Jurídico 10%. As despesas dos serviços afetaram o resultado de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 3.768 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.089 em 31 de dezembro 2016). A vigência do contrato é de 1 ano, e a renovação se dará mediante assinatura de respectivo aditivo contratual por ambas as partes. O contrato sofrerá reajuste durante o prazo de vigência na data base da categoria (janeiro). O prazo para pagamento será efetuado no quarto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, com multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura, além dos encargos financeiros alusivos aos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, se ocorrer atraso no pagamento. O valor mensal conforme contrato é de R\$ 283.

17 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
No País	8.058	8.029	8.058	7.944
No Exterior	67.795	37.865	67.946	37.168
Subtotal	75.853	45.894	76.004	45.112
Partes relacionadas (Nota 16)	-	104	-	104
Total Fornecedores	75.853	45.998	76.004	45.216

18 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda	5.062	4.587	5.062	4.587
Contribuição social	1.680	1.692	1.680	1.692
Subtotal	6.742	6.279	6.742	6.279

Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	6.279	13.067	6.279	13.067
Provisão	45.931	14.530	45.019	14.530
Juros	(396)	1.831	(396)	1.831
Compensação	(10.962)	(2.340)	(10.962)	(2.340)
Imposto pago	(34.110)	(20.809)	(33.198)	(20.809)
Saldo Final	6.742	6.279	6.742	6.279

Taxa efetiva na controladora

Conciliação do IR/CS	2.017	2.016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (a)	147.575	45.944
Alíquota estatutária	34%	34%
Valor do IR/CSLL sobre o lucro contábil pela alíquota estatutária	50.176	15.621
Adições / Exclusões		
Equivalência patrimonial	761	1.582
Incentivos fiscais	(1.499)	(1.434)
Provisões	(470)	775
Juros sobre capital próprio	(3.106)	(2.108)
Outros	657	574
	46.519	15.010
Deduções		
PAT	(603)	(263)
Doações incentivadas	(873)	(199)
Parcela isenta	(24)	(18)
Despesa de Imposto de renda e Contribuição social correntes	45.019	14.530
Taxa Efetiva	30,51%	31,63%

Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Imposto de renda	(1.457)	(1.879)	(1.346)	(1.879)
Contribuição social	(484)	(676)	(484)	(676)
Subtotal	(1.941)	(2.555)	(1.830)	(2.555)
Ativo				
Imposto de renda	2.782	2.970	2.782	2.524
Contribuição social	1.001	987	1.001	988
Subtotal	3.783	3.957	3.783	3.512
Total - ativo	1.953	1.402	1.953	957
Total - passivo	(111)	-	-	-

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	957	(182)	957	(182)
IR/CS sobre ajuste de avaliação patrimonial	726	1.135	726	1.135
IR/CS sobre provisão para contingências	399	(475)	399	(475)
IR/CS sobre outros	111	-	-	-
IR/CS sobre provisão de perdas em estoques	(115)	1.494	(115)	1.494
IR/CS sobre PCLD	(16)	-	(16)	-
IR/CS sobre outros	2	(1.015)	2	(1.015)
Total - ativo	1.953	957	1.953	957
Total - passivo	(111)	-	-	-
IR/CS sobre prejuízo fiscal de base de contribuição social negativa da Blau Colômbia	-	445	-	-
Total - ativo	1.953	1.402	1.953	957
Total - passivo	(111)	-	-	-

19 Empréstimos e financiamentos

Composição por vencimento dos empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Garantia	Consolidado		Controladora		
		2017	2016	2017	2016	
ACC	US\$+4,33% aa	Aval do Diretor Presidente	7.492	15.870	7.492	15.870
ARREND. MERCANTIL (LEASING)	13,96% aa	Aval do Diretor Presidente	823	38	783	-
Capital de Giro	5% aa	Sem garantias	-	77	-	-
Capital de Giro	17,88% aa, 11,46% aa	35% de Recebíveis privados	80.168	75.257	79.803	72.532
Capital de Giro	17,38% aa, 11,70% aa	Sem garantias	15.434	50.663	15.434	50.663
Total empréstimos e financiamentos com instituições financeiras			103.917	141.905	103.512	139.065
Circulante			102.979	108.198	102.575	105.831
Não circulante			938	33.707	937	33.234
Total			103.917	141.905	103.512	139.065

Composição por vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
2018	102.979	33.707	102.575	33.234
2019	938	-	937	-
Total	103.917	33.707	103.512	33.234

Divulgação do IAS 7 (Disclosure Initiative - Amendments to IAS 7): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 2016	141.905	139.065
Captações com efeito caixa	92.265	91.901
Apropriação de juros	10.366	10.358
Pagamento de principal	(128.016)	(125.558)
Pagamento de juros	(10.356)	(10.321)
Variação monetária	(2.247)	(1.933)
Saldo em 2017	103.917	103.512

Em 31 de dezembro de 2017 não há cláusulas restritivas de covenants a serem cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A Companhia possuía quatro contratos de empréstimos de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA com cláusulas restritivas que determinam certas obrigações a serem cumpridas para que seus respectivos valores não tenham seus vencimentos antecipados, dentre elas a principal era:

- A razão entre (A) a dívida bancária líquida (B) o “EBITDA” deverá ser sempre inferior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

A Companhia atendeu a todas condições restritivas constante daqueles contratos.

20 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Consolidado				Total
	Processos Trabalistas	Processos Cíveis	Processos Anvisa	Processos Comercial	
Saldo 1º janeiro 2016	4.765	930	132	137	5.964
Adição	1.458	932	20	-	2.410
Novos processos	929	585	20	-	1.534
Atualização monetária	529	347	-	-	876
Baixa	(3.694)	(1.081)	(12)	(137)	(4.924)
Reversão	(2.548)	-	-	(137)	(2.685)
Pagamento	(256)	(1.077)	(12)	-	(1.345)
Atualização monetária	(890)	(4)	-	-	(894)
Saldo 31 de dezembro 2016	2.529	781	140	-	3.450
Adição	2.602	834	68	-	3.504
Novos processos	1.536	343	68	-	1.947
Reclassificação (*)	552	-	-	-	552
Atualização monetária	514	491	-	-	1.005
Baixa	(1.211)	(1.075)	(44)	-	(2.330)
Reversão	(360)	-	-	-	(360)
Pagamento	(215)	(278)	(44)	-	(537)
Reclassificação (*)	(538)	-	-	-	(538)
Atualização monetária	(98)	(797)	-	-	(895)
Saldo 31 de dezembro 2017	3.920	540	164	-	4.624

	Controladora				Total
	Processos	Processos	Processos	Processos	
	Trabalistas	Civeis	Anvisa	Comercial	
Saldo 1º janeiro 2016	4.741	955	132	-	5.828
Adição	1.450	932	20	-	2.402
Novos processos	921	585	20		1.526
Atualização monetária	529	347			876
Baixa	(3.693)	(1.082)	(12)	-	(4.787)
Reversão	(2.548)				(2.548)
Pagamento	(256)	(1.077)	(12)		(1.345)
Atualização monetária	(889)	(5)			(894)
Saldo 31 de dezembro 2016	2.498	806	140	-	3.443
Adição	2.602	834	68	-	3.504
Novos processos	1.536	343	68		1.947
Reclassificação (*)	552	-	-	-	552
Atualização monetária	514	491	-	-	1.005
Baixa	(1.211)	(1.075)	(44)	-	(2.330)
Reversão	(360)	-	-	-	(360)
Pagamento	(215)	(278)	(44)	-	(537)
Reclassificação (*)	(539)	-	-	-	(539)
Atualização monetária	(97)	(797)	-	-	(894)
Saldo 31 de dezembro 2017	3.888	565	164	-	4.617

(*) As reclassificações nas adições são processos que constavam com o risco de perda possível e passaram para provável aumentando a provisão contabilizada. Em relação as baixas são processos que estavam com o risco de perda provável e passaram para possível diminuindo o valor da provisão contabilizada, conforme relatório dos advogados da Companhia.

a. Causas classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível

A Companhia está sujeita a outros processos judiciais, avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, conforme a demonstração abaixo a posição da Controladora por natureza de processo. Nenhuma provisão foi reconhecida para as contingências classificadas como possível. Não existem outros processos avaliados com probabilidade de perda possível nas controladas.

Natureza	2017	2016
Tributária	3.910	3.432
Trabalhista	454	454
Cível	<u>3.159</u>	<u>3.049</u>
Total	<u>7.523</u>	<u>6.935</u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital autorizado

Nos termos do artigo 5º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, até o limite de 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

b. Capital subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, está representado por 148.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor total de R\$ 56.500.

Em 23 de outubro de 2017 foi aprovado em Assembléia Extraordinária o aumento de capital em R\$ 430, passando de R\$ 56.070 para R\$ 56.500, mediante capitalização de dividendos.

Em 20 de setembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:8, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 148.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 28 de agosto de 2017 o acionista Marcelo Rodolfo Hahn adquiriu a quantidade de 1.850.000 ações da acionista Joyce Marrie Hahn, passando portanto a deter 100% do controle da Companhia.

A composição acionária está demonstrada como segue:

Acionistas	2017			
	Nº de ações	Capital	Patrimônio líquido	%
Marcelo Rodolfo Hahn	148.000.000	56.500	138.336	100%
Total	<u>148.000.000</u>	<u>56.500</u>	<u>138.336</u>	<u>100%</u>
Valor por ação	<u>148.000.000</u>	<u>R\$ 0,38</u>	<u>R\$ 0,93</u>	

Acionistas	2016			
	Nº de ações	Capital	Patrimônio líquido	%
Marcelo Rodolfo Hahn	16.650.000	50.463	87.379	90%
Joyce Marrie Hahn	1.850.000	5.607	9.748	10%
Total	18.500.000	56.070	97.487	100%
Valor por ação	18.500.000	R\$ 3,03	R\$ 5,26	

c. Reserva de lucros

Composta por reserva legal, reserva para investimentos e dividendos adicionais propostos.

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base em até 75% do lucro líquido de cada exercício, após diminuído das importâncias destinadas a reserva legal, reserva para contingências e reserva de incentivos fiscais. A reserva para investimentos tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia, e o saldo da reserva não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros.

d. Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras ds controladas domiciliadas no exterior, bem como a realização do ajuste de avaliação patrimonial inicial (demeed cost).

e. Destinação do lucro

Nos termos do estatuto social, alterado e aprovado em 20 de setembro de 2017, os acionistas possuem direito a dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício (5% anteriormente), compensados os valores de dividendos intermediários e o valor líquido dos juros sobre capital próprio.

Considerando o lucro líquido de 2017 e o estatuto social da Companhia, o valor do dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 24.493, deduzido o montante pago a título de JCP de R\$ 9.134 atribuído a dividendos mínimos obrigatórios pagos no decorrer de 2017, ficando R\$ 15.359 a ser pago em 2018, reconhecido como outras contas a pagar no passivo circulante (R\$ 1.114 em 2016, sendo que R\$ 110 foram compensados com empréstimos a receber de acionistas e R\$ 1.003 pagos em 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, conforme art. 30 do estatuto social, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 5.000, tendo sido pago R\$ 700 no próprio exercício e ficando saldo de R\$ 4.300 a ser pago no decorrer de 2018, reconhecido como outras contas a pagar no passivo circulante.

Em 23 de outubro de 2017, conforme art. 30 do estatuto social, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 3.337, tendo sido pago no próprio exercício.

Conforme previsão legal e de acordo com o Estatuto da Companhia, os juros sobre o capital próprio foram declarados e distribuídos aos acionistas como dividendos mínimos obrigatórios assim imputados em proposta da Diretoria que tratou sobre a distribuição intercalar de dividendos referentes ao lucro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Naquela data, o valor de juros sobre capital próprio líquidos declarados foi de R\$ 9.134, integralmente liquidado dentro do exercício.

Os dividendos intercalares de R\$ 11.599 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (dos quais R\$ 6.199 correspondeu ao juros sobre capital próprio) foram integralmente liquidados dentro daquele exercício, sendo o montante de R\$ 1.462 compensado com empréstimos a receber de acionistas - vide nota explicativa nº 17 (g) e R\$ 10.137 pago em dinheiro antes do encerramento daquele exercício.

As despesas de imposto de renda e a contribuição social dos exercícios de 2017 e 2016 foram reduzidos respectivamente em R\$ 3.106 e R\$ 2.107, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

f. Dividendo adicional proposto

Nos termos do disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76 e no art. 30 do Estatuto Social, a proposta de distribuição de dividendos adicionais em relação ao lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 66.782, está sendo reconhecido no grupo Reserva de lucros a ser deliberado pelo órgão competente da Companhia.

Os dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 30.677, foram aprovados em assembleia geral extraordinária em 23 de outubro de 2017, sendo que desse total R\$ 30.677 foram integralmente liquidados em dinheiro dentro do exercício de 2017, e R\$ 430 foram destinados a aumento de capital.

g. Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do período. A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

Considerando o desdobramento de ações efetuado em setembro de 2017, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para o exercício correspondente foi ajustado retrospectivamente. A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação para os exercícios 2017 e 2016:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	103.128	32.333
Denominador (em milhares de ações)		
Numero de ações ordinárias	148.000	148.000
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,70	0,22

22 Receita líquida

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita de venda de produtos - mercado interno	625.995	415.700	601.228	414.376
Receita de venda de produtos - mercado externo	7.590	30.378	7.590	9.469
Receita de vendas com partes relacionadas (Nota nº 16)	20.733	19.927	31.294	35.927
	654.318	466.005	640.112	459.772
(-) Impostos	(31.004)	(29.932)	(31.004)	(29.808)
(-) Descontos concedidos	(211)	(257)	(5)	(257)
(-) Devoluções	(5.446)	(4.883)	(5.177)	(4.872)
	(36.661)	(35.072)	(36.186)	(34.937)
Total da receita líquida	617.657	430.933	603.926	424.835

A vendas da Companhia estão substancialmente concentradas no segmento hospitalar, no mercado interno e externo, e distribuídas e pulverizadas entre iniciativa privada e público, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Privado	336.397	297.197	322.666	291.099
Público	281.260	133.736	281.260	133.736
Total receita líquida	617.657	430.933	603.926	424.835

A seguir a apresentação da receita líquida segregada por tipos de tratamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Biológicos	370.434	236.995	365.449	233.468
Especialidades	132.259	141.665	126.534	140.334
Oncológicos	44.618	33.103	42.696	32.565
Outros	70.346	19.170	69.247	18.468
Total receita líquida	617.657	430.933	603.926	424.835

Em relação a localização geográfica, a receita líquida no Brasil representa 95% e 93% da receita líquida consolidada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

	Consolidado	
	2017	2016
Brasil	585.572	400.591
Colômbia	20.667	18.410
Peru	4.326	3.577
Uruguai	4.544	3.978
Tailândia	1.193	2.681
Chile	844	1.052
Paraguai	396	644
Outros	115	-
	617.657	430.933

Os principais clientes da Companhia estão segregados entre privados e públicos conforme detalhado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Privado		
CM Hospitalar	23.198	15.549
Servimed	20.635	17.867
Kollimed (parte relacionada)	16.907	15.476
Comercial Rioclarense	6.253	-
Estabelecimentos de Saúde	3.260	3.043
Farmácia e drogarias	7.959	3.431
Outros clientes privados	258.186	241.831
Total Privado	336.398	297.197
Público		
Ministério da Saúde	227.848	85.200
Secretarias da Saúde	28.110	5.068
Outros órgãos públicos	25.301	43.468
Total Público	281.259	133.736
Receita líquida total	617.657	430.933

23 Custo das mercadorias e produtos vendidos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Custos com materiais (matéria-prima e embalagem)	(263.832)	(190.661)	(257.503)	(190.683)
Mão-de-obra	(15.499)	(14.283)	(15.499)	(14.283)
Depreciação e amortização	(5.493)	(5.612)	(5.493)	(5.612)
Outros gastos de fabricação	(52.400)	(41.010)	(52.400)	(41.010)
Custo total das vendas	(337.224)	(251.566)	(330.895)	(251.588)

24 Despesas comerciais e administrativas por função

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	(50.093)	(43.476)	(45.742)	(38.862)
Participação nos lucros	(1.427)	(1.215)	(1.427)	(1.215)
Prolabore e honorários do Conselho	(4.329)	(1.715)	(3.654)	(1.654)
Regulatórias	(987)	(1.247)	(721)	(1.085)
Serviços especializados de terceiros	(12.547)	(10.865)	(12.547)	(9.471)
Veículos	(1.002)	(4.925)	(1.002)	(4.883)
Marketing	(6.835)	(1.445)	(6.583)	(1.067)
Viagens e representações	(2.179)	(1.375)	(1.864)	(1.107)
Fretes	(4.952)	(4.042)	(4.800)	(3.935)
Perdas e provisões com clientes	(2.776)	(2.597)	(2.725)	(920)
Depreciação e amortização	(3.458)	(3.118)	(3.281)	(2.871)
Materiais e serviços	(725)	(382)	(725)	(382)
Estudos e testes em produtos	(1.057)	(2.756)	(1.057)	(2.716)
Manutenção	(1.636)	(1.410)	(1.755)	(1.407)
Com materiais de P & D	(3.480)	(2.502)	(3.277)	(2.666)
Comunicação	(841)	(614)	(801)	(614)
Informática	(1.859)	(566)	(1.740)	(566)
Impostos, contribuições, taxas e multas	(3.005)	(1.846)	(2.804)	(1.733)
Aluguéis de imóveis	(13.546)	(28.693)	(12.845)	(28.163)
Provisão para contingências	(2.550)	(1.547)	(2.550)	(1.547)
Gerais	(7.290)	(8.708)	(6.293)	(7.371)
Total despesas operacionais	(126.574)	(125.044)	(118.193)	(114.236)
Vendas	(35.305)	(22.281)	(30.302)	(15.962)
P&D	(12.245)	(13.592)	(12.245)	(13.592)
Total despesas comerciais	(47.550)	(35.873)	(42.547)	(29.554)
Administrativas e gerais	(79.024)	(89.171)	(75.646)	(84.682)
Total	(126.574)	(125.044)	(118.193)	(114.236)

25 Despesas financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Variação cambial ativa	-	12.784	-	12.222
Juros recebidos	563	321	410	187
Descontos obtidos	44	53	43	52
Total receita financeira	607	13.158	453	12.461
Variação cambial passiva	(1.460)	-	(1.267)	-
Juros pagos	(11.782)	(19.386)	(11.770)	(19.035)
Perda com operações de SWAP	(3.724)	(3.685)	(3.724)	(3.685)
Perda com operações de MTM	3.157	(7.778)	3.157	(7.778)
IOF	(1.249)	(2.045)	(1.249)	(2.045)
Comissões e despesas bancárias	(757)	(960)	(662)	(891)
Outros	(470)	(1.124)	(470)	(1.120)
Descontos concedidos	(168)	(414)	(140)	(414)
Total despesas financeiras	(16.453)	(35.392)	(16.125)	(34.968)
Resultado financeiro líquido	(15.846)	(22.234)	(15.672)	(22.507)

26 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da controladora e do consolidado são substancialmente os mesmos e portanto a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado - 31 de dezembro de 2017

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo			Total
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e equivalentes de caixa	4.012	9.163	13.175	9.163	4.012	-	13.175
Contas a receber de clientes	-	104.111	104.111	-	104.111	-	104.111
Outros créditos	-	3.011	3.011	-	3.011	-	3.011
	<u>4.012</u>	<u>116.285</u>	<u>120.297</u>	<u>9.163</u>	<u>111.134</u>	<u>-</u>	<u>120.297</u>

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos pelo custo amortizado	Total	Valor justo			Total
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Fornecedores	-	75.853	75.853	-	75.853	-	75.853
Empréstimos e financiamentos	-	102.830	102.830	102.830	-	-	102.830
Contratos cambiais futuros (SWAP)	1.087	-	1.087	-	1.087	-	1.087
Outras contas a pagar	5.507	-	5.507	-	5.507	-	5.507
	<u>6.594</u>	<u>178.683</u>	<u>185.277</u>	<u>102.830</u>	<u>82.447</u>	<u>-</u>	<u>185.277</u>

Consolidado - 31 de dezembro de 2016

	<u>Valor justo</u>						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total				Total
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	2.418	7.781	10.199	7.781	2.418	-	10.199
Contas a receber de clientes	-	98.721	98.721	-	98.721	-	98.721
Outros créditos	-	3.760	3.760	-	3.760	-	3.760
Empréstimos a receber - partes relacionadas	-	1.462	1.462	-	1.462	-	1.462
	2.418	111.724	114.142	7.781	106.361	-	114.142

	<u>Valor justo</u>						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos pelo custo amortizado	Total				Total
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Fornecedores	-	45.998	45.998	-	45.998	-	45.998
Empréstimos e financiamentos	-	137.661	137.661	137.661	-	-	137.661
Contratos cambiais futuros (SWAP)	4.244	-	4.244	-	4.244	-	4.244
Outras contas a pagar	7.535	321	7.856	321	7.535	-	7.856
	11.779	183.980	195.759	137.982	57.777	-	195.759

(i) Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contratos de câmbio a termo e swaps de taxa de juros	Técnica de comparação de mercado: Os valores justos são baseados em cotações de corretoras. Contratos similares são negociados em mercados ativos e as cotações refletem transações atuais de instrumentos similares.	Não aplicável.	Não aplicável.

(ii) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	13.175	10.199	5.163	1.764
Clientes	104.111	98.721	101.971	97.453
Outros créditos	3.011	3.760	2.361	3.120
Total	120.297	112.680	109.495	102.337

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 13.175 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.199 em 2016).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

	Consolidado - 2017			
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total contábil	Total com fluxo contratual
Fornecedores	75.853		75.853	75.853
Empréstimos e financiamentos	102.979	938	103.917	118.985
Outras contas a pagar	5.507		5.507	5.507
Total	184.339	938	185.277	200.345

	Consolidado - 2016			
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total contábil	Total com fluxo contratual
Fornecedores	45.998	-	45.998	45.998
Empréstimos e financiamentos	108.198	33.707	141.905	166.029
Outras contas a pagar	7.856	-	7.856	7.856
	162.052	33.707	195.759	219.883
Total	162.052	33.707	195.759	219.883

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o Real (R\$), o Peso Colombiano (COP) e o Pesos Uruguaios (UYU). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$, USD, Peso Colombiano (COP) e o Pesos Uruguaios (UYU).

Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em USD.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política do Grupo é garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, através da compra ou venda à vista de moedas estrangeira, quando necessário, para cobrir descasamentos de curto prazo.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Consolidado - 2017		Consolidado - 2016	
	USD mil	Reais	USD mil	Reais
Contas a receber de clientes	3.615	11.958	3.115	10.150
Fornecedores (a)	(13.076)	(43.256)	(11.404)	(37.865)
Empréstimos e financiamentos	(6.543)	(21.644)	(20.415)	(66.533)
	(16.004)	(52.942)	(28.704)	(94.248)
Exposição líquida das transações previstas	(16.004)	(52.942)	(28.704)	(94.248)
Contratos cambiais futuros	4.666	15.435	15.545	50.663
	(11.338)	(37.507)	(13.159)	(43.585)
Exposição líquida	(11.338)	(37.507)	(13.159)	(43.585)

- (a) A Companhia e suas controladas possui em fornecedores exterior o valor de R\$ 67.795 em 31 de dezembro de 2017), (R\$ 37.865 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa nº 18, contudo deste valor R\$ 66.904 em 31 de dezembro de 2017, (R\$ 37.168 em 31 de dezembro de 2016) representa operações feita em Dólar e R\$ 891 em 31 de dezembro de 2016, (R\$ 697 em 31 de dezembro de 2016) operações feita em Peso Colombiano (COP), considerando que a operação feita em Peso Colombiano (COP) não é significativa, não apresentamos no quadro acima o valor correspondente em sua moeda de origem, bem como não efetuamos análise de sensibilidade.

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD, contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Para fins de análise de sensibilidade, adotou-se como cenário provável as taxas de R\$ 3,3080, R\$ 3,2591, que referem-se as taxas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente. Para cenário possível, as taxas utilizadas foram de R\$ 4,135, R\$ 4,0738 considerando uma alta de 25% e para o cenário remoto, as taxas utilizadas foram de R\$ 4,962, R\$ 4,8886 considerando uma alta de 50%.

Operação	Consolidado - 2017			
	Exposição	Cenário	Cenário	Cenário
	em R\$	Provável	I (25%)	II (50%)
Contas a receber de clientes	11.958	(309)	(386)	(464)
Fornecedores	(43.256)	1.010	1.263	1.515
Contratos cambiais futuros (SWAP)	15.435	1.087	1.359	1.631
Empréstimos e financiamentos	(21.644)	962	1.203	1.443

Operação	Consolidado - 2016			
	Exposição	Cenário	Cenário	Cenário
	em R\$	Provável	I (25%)	II (50%)
Contas a receber de clientes	10.150	765	956	1.148
Fornecedores	(37.865)	1.887	2.359	2.831
Contratos cambiais futuros (SWAP)	50.663	4.244	5.305	6.366
Empréstimos e financiamentos	(66.533)	9.829	12.286	14.744

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem empréstimos em dólar no montante de USD 4.666, (USD 15.545 em 2016), equivalentes a R\$ 15.435 e (R\$ 50.663 em 2016), protegidos por operação de SWAP.

Resultado referente aos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos	2017	2016
Ganhos com operações de SWAP líquidos	-	-
Perda líquida com operações de SWAP	(868)	(3.685)
Efeito líquido MTM de operações SWAP	<u>(3.157)</u>	<u>(7.778)</u>
Total	<u>(4.025)</u>	<u>(11.463)</u>

Em 31 dezembro de 2016, os derivativos em aberto referente contratos de SWAP com o Banco Itaú com vencimento em 30 de abril de 2018, totalizava USD 9.517 e com o Banco HSBC com vencimento em 07 de junho de 2018, totalizava USD 4.960.

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é realizado a partir do método do fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de projeção da BM&F.

Derivativos em aberto

Derivativos	Valor-base			Valor justo	
	Dólar	Reais	Vencimento	Dólar	Reais
Posição Comprada (USD)	215	713	30/04/2018	(215)	(713)
Posição Comprada (USD)	113	375	07/06/2018	(113)	(375)
	Vencimento	Notional em	Taxa Média	MtM	
		Dólares			
	30/04/2018	215	3,308	713	
	07/06/2018	<u>113</u>	<u>3,308</u>	<u>375</u>	
Total		<u>329</u>		<u>1.087</u>	

A ponta passiva dos instrumentos financeiros está reconhecida como empréstimos e financiamentos, no curto prazo, e o ganho ou perda no grupo de resultado financeiro, líquido.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários I e II foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Consolidado - 2017				
Operação	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	4.012	81	101	121
Empréstimos e financiamentos	(103.917)	(10.366)	(12.958)	(15.549)

Consolidado - 2016				
Operação	Exposição em R\$	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	2.418	145	181	218
Empréstimos e financiamentos	(141.905)	(16.877)	(21.096)	(25.316)

27 Compromissos firmes

A Companhia possui contratos de construção firmados com terceiros, empresas especializadas em engenharia e construção civil, para realizar obras de construção de um galpão para estocagem de matérias primas conforme nota explicativa nº 14, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2018.

28 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária de veículos sob a forma de arrendamento mercantil financeiro, com opções de compra estipulada nos respectivos contratos. Os contratos tem vigência entre 2 e 3 anos e totalizam R\$ 818.

Em 27 de janeiro de 2018 a Companhia entrou em novo contrato de arrendamento mercantil financeiro para um caminhão refrigerado pelo prazo de 3 anos, pelo valor total de R\$ 247.

* * *

Diretor-Presidente
 Marcelo Rodolfo Hahn

Diretor Financeiro e Relação com Investidores
 Cláudio Antonio Ambrósio Gomes

Gerente de Controladoria
 José Henrique Sobrinho,
 Contador CRC 1SP 220433/O-0